

Fornecimento de comida às cantinas escolares do Porto envolto em polémica

Concessionária em tribunal

O incumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho por parte da empresa concessionária das cantinas das escolas da Câmara Municipal do Porto vai ser alvo de dois processos em tribunal já no início do ano.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte vai entregar no dia 2 de Janeiro dois processos no tribunal contra a empresa ICA, S.A., a actual concessionária das cantinas das escolas da Câmara Municipal do Porto. Em causa está o incumprimento do Contrato Colectivo de Trabalho, como afirmou ao JANEIRO Francisco Figueiredo, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, afecto à CGTP.

Segundo o dirigente sindical, a empresa que este ano ganhou o concurso de concessão das cantinas das escolas do primeiro ciclo do Ensino Básico do concelho do Porto “viola os direitos fundamentais dos trabalhadores” ao não pagar o subsídio de alimentação nas férias e no subsídio de férias que está devidamente previsto nas cláusulas 42ª e 43ª do Contrato Colectivo de Trabalho em vigor. Francisco Figueiredo explicou que a empresa deixou de pagar justificando com a existência de um outro Contrato Colectivo de Trabalho celebrado com a UGT. O problema é que, realça, os trabalhadores das cantinas são todos associados do sindicato afecto à CGTP e não à UGT. Além disto, acrescenta, a empresa tem vindo a cortar prémios que estavam a ser atribuídos pela EUREST (antiga concessionária das cantinas e da qual transitaram os funcionários). Outra ilegalidade cometida, segundo denunciou ontem o sindicato, prende-se com o incumprimento do quadro de densidade nas cantinas, recorrendo a empresas de trabalho temporário para assim “pagar menos aos trabalhadores e aumentar os seus lucros”. Francisco Figueiredo denunciou ainda que a ICA cortou os créditos de horas para o exercício da actividade sindical, sendo que os associados têm direito a um dia por mês para este fim. Além disso, disse, a empresa mandou uma carta ao sindicato advertindo que este não poderia visitar os locais de trabalho sem autorização. “A empresa não pode impedir a nossa visita”, assegurou. Por tudo isto, o sindicato entregou um processo em tribunal na quinta-feira e está já a preparar mais dois para formalizar no início do novo ano.

Isabel Rodrigues Monteiro

Críticas

Fraca inspecção

Segundo números avançados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte serão cerca de 70 os funcionários das cantinas afectados por esta situação. Francisco Figueiredo aproveitou para lembrar que as ilegalidades foram já transmitidas à Inspecção do Trabalho, lamentando que esta entidade esteja a tardar em actuar. “Esta inspecção não se porta como uma verdadeira inspecção”, reforçou.